



A Feira do Paraguai foi organizada pelo governo do DF e movimentou R\$ 5 milhões livres de impostos

# O paraíso dos sacoleiros

■ 'Feira do Paraguai' em Brasília vende de aparelhos de som a tapetes indianos

FRANCISCO LEALI

**B**RASÍLIA — Numa decisão polêmica, o governo do Distrito Federal resolveu organizar o comércio de produtos contrabandeados do Paraguai. Com o apoio da Administração Regional de Brasília, vendedores ambulantes e sacoleiros foram cadastrados e instalados em 1.264 barracas padronizadas, no estacionamento do Estádio Mané Garrincha, a cerca de três quilômetros da Praça dos Três Poderes.

O paraíso dos produtos importados não é bem visto pelos dirigentes do Ministério da Indústria e do Comércio. Segundo estimativas dos próprios sacoleiros, a venda do contrabando movimentou, em média, R\$ 5 milhões por mês, sem recolhimento de um centavo de imposto. Apesar disso, desde que foram montadas as barracas de toldo amarelo no início do ano, a *Feira do Paraguai*, como é conhecida na cidade, não foi importunada pelos agentes da Receita e Polícia Federal.

Freqüentada até por ministros de Estado — o titular das Minas e Energia, Raimundo Brito, já levou os filhos para passear por lá —, não se limita aos produtos eletrônicos. Chega ao requinte de oferecer cristais franceses ou italianos, painéis da Indonésia, porcelana da Inglaterra, tapetes indianos. Tudo 50% mais barato.

“Isso aqui é ótimo e não deve acabar. Eles dão

nota fiscal e quem não pode comprar em loja tem que recorrer ao contrabando mesmo”, comentou Kátia Cristiane Arouca, prima do deputado Sérgio Arouca (PPS-RJ) e funcionária do Ministério da Saúde. Ontem, no horário de almoço, a servidora pública comprava fitas cassetes. Há dois anos em Brasília, já comprou um aparelho de som para sua casa, um para o seu carro e outro para o do marido na *Feira do Paraguai*.

**Som** — Um dos sacoleiros se especializou em produtos de pesca. Atende a uma clientela exigente oferecendo molinetes, iscas e anzóis para grandes pescarias. Como numa loja, outro sacoleiro só cobra pagamento depois de instalar o som na casa do comprador. “A garantia é de um ano e dou nota fiscal”, diz o vendedor de sofisticados aparelhos de som da marca Aiwa.

“Arrumamos a casa e agora queremos que as autoridades competentes (Receita e Polícia Federal) digam se o comércio pode ser legalizado ou não”, comentou o diretor do Serviço Público da Administração de Brasília, Valdson Fernandes Marques. Responsável pelo projeto de fixação dos ambulantes, Valdson já tem pronta até uma regulamentação de funcionamento da feira, com hora de entrada e saída dos vendedores.

Ainda desorganizados, os sacoleiros da capital tentam formar associações que os representem e até já admitem pagar imposto. “Queremos que até o final do ano não tenha mais sacoleiro na feira com todo mundo importando e pagando imposto direitinho”, diz Meiry Amorim, presidente da Cooperativa dos Trabalhadores em Comércio Ambulante do DF.